

**HABEAS CORPUS Nº 526.974 - BA (2019/0239446-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : WALMIRAL PACHECO MARINHO NETO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : IGOR SILVA FELIX - BA026662  
WALMIRAL PACHECO MARINHO NETO - BA031250  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : PIERRE FERREIRA SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

**PIERRE FERREIRA SANTOS** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 8009879-16.2019.8.05.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura, por considerar ausentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos art. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006. Aponta, ainda, a ausência de contemporaneidade da medida, bem como a possibilidade de extensão dos efeitos de liberdade provisória concedida a corréu na origem.

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pela denegação do habeas corpus.

**Decido.**

O Juízo singular acolheu requerimento do Ministério Público estadual e decretou a prisão preventiva do paciente nos seguintes termos:

[...] a presente denúncia lastreia-se em Investigação iniciada no ano de 2017, autuada neste Juízo sob o nº 0301778-86.2017.8.05.0141, onde **interceptações telefônicas regularmente autorizadas descortinaram a atuação de uma súcia criminosa liderada pelo representado Pierre Pereira Santos**. O referido indivíduo confessadamente possui relações escusas com líder de conhecida organização criminosa atuante nesta região: "Paulo TG". Já esteve recolhido no Conjunto

Penal de Jequié, em cumprimento de pena, estando novamente recolhido àquele estabelecimento penal em virtude de prisão temporária decretada por este Juízo. **O referido indivíduo teria fugido desta comarca temendo pela sua vida, haja vista ter perdido o seu irmão, assassinado por organização criminosa rival.** Habitando em Vitória da Conquista, Pierre continuou a coordenar o comércio ilícito de entorpecentes no município de Jequié, conforme se extrai das investigações. **Os registros das interceptações demonstram que o mesmo movimenta grande quantia de dinheiro oriundo do comércio ilícito de drogas, coordenando a compra e distribuição dos entorpecentes, bem como distribuindo as atividades entre os comparsas.**

[...]

Pelos elementos informativos produzidos, é de se constatar a materialidade dos crimes imputados aos acusados, bem como suficientes são os indícios de autoria delitiva.

Interceptações telefônicas, buscas e apreensões, interrogatórios em sede Policial, testemunhas e o cruzamento de dados, são elementos suficientes a elucidar a atuação dos representados, conforme acima exposto, caracterizando a justa causa que fundamenta o oferecimento da denúncia e preenchendo os requisitos mínimos para a decretação da prisão preventiva em desfavor da maior parte dos referidos representados.

É certo que para a decretação da prisão preventiva, na sistemática processual vigente, deve o julgador atender aos pressupostos básicos do artigo 312 do CPP, visualizando, em perspectiva abrangente, as ações delitivas e as figuras dos acusados. **É de se observar, pelo constatado nos autos, que a maior parte dos acusados demonstram periculosidade concreta. Seja pela gravidade dos crimes apurados, seja pelo risco de reiteração delitiva.**

Como já exposto, **trata-se de um grupo criminoso instalado e atuante neste município, responsável por uma considerável parcela do comércio ilegal de drogas dentro desta comarca, auferindo grande lucro. Há pelo menos dois anos tais indivíduos se dedicam às referidas atividades ilícitas, estando caracterizada a habitualidade delitiva. Ademais, alguns deles, como bem demonstrado pelo Ministério Público, respondem**

**a ações penais [...]** (fls. 511-513, destaquei).

Tais circunstâncias evidenciam a presença de **motivação idônea**, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do paciente para resguardar a ordem pública, notadamente por haver sido apontado como **líder da organização criminosa que coordena o comércio ilícito de drogas no município**, além da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, diante do fato de haver permanecido foragido.

A partir de tais premissas, saliento que "[a] jurisprudência do col. Pretório Excelso, também **enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes do STF e do STJ" (**HC n. 544.736/PR**, Rel. Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo** (Desembargador convocado do TJ/PE), 5ª T., DJe 28/2/2020, grifei).

Nesse sentido:

[...]

3. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa justifica a decretação da prisão cautelar. Precedentes [...] (**HC n. 175.153 AgR**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T., DJe-262 Public. 2/12/2019).

[...]

1. A decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública que tem como fundamento a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela necessidade de se evitar a reiteração delitiva, bem como de se interromper atividades de organização criminosa, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Precedentes: HC 145.562-AgR, Primeira Turma, rel. min. Roberto Barroso, DJe de 21/5/2018; HC 146.293-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe de 6/8/2018; e HC 150.034-AgR, Segunda Turma, rel. min. Gilmar Mendes, DJe de 14/12/2018 [...] (**HC n. 169.115 AgR**, Rel. Ministro **Luiz Fux**, 1ª T., DJe-169 Public. 5/8/2019).

Ademais, é imperioso salientar que "[a] evasão do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada e que perdura, é motivação suficiente

a autorizar a segregação cautelar para assegurar a aplicação da lei penal" (**AgRg no RHC n. 100.058/GO**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 19/12/2019).

Já em relação à suposta ausência de contemporaneidade da medida, ficou consignado no acórdão que "as interceptações telefônicas **demonstrariam atividades criminosas em períodos compreendidos entre os anos de 2017 a 2019**, ou seja, há fortes indícios de continuidade delitiva" (fl. 542, destaquei), fundamento que afasta a plausibilidade do direito alegado.

Por fim, a Corte estadual igualmente afastou a extensão de liberdade provisória concedida a corréu, pois, enquanto este "teria a função de entregador de droga a usuários, **o paciente (Pierre Ferreira Santos) seria o chefe da organização criminosa, atuando por anos. Por tal modo, o paciente atuaria na coordenação e direção de atividades de tráfico de drogas, não podendo ser comparado a outro traficante com função de entregador**" (fl. 542, grifei), conjuntura que tão-somente repisa os fundamentos elencados para a imposição da prisão preventiva.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**